



UNICEPLAC

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC

Curso de Direito

Trabalho de Conclusão de Curso

**Políticas públicas educacionais: um mecanismo de ressocialização
do sistema prisional no Distrito Federal**

Gama-DF

2021

AMANDA BARROS DA CONCEIÇÃO

**Políticas públicas educacionais: um mecanismo de ressocialização
do sistema prisional no Distrito Federal**

Artigo apresentado como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em Direito
pelo Centro Universitário do Planalto Central
Apparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador: Prof. Edilson Enedino das Chagas

Gama-DF

2021

AMANDA BARROS DA CONCEIÇÃO

Políticas públicas educacionais: um mecanismo de ressocialização do sistema prisional no Distrito Federal

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama, 27 de maio de 2021.

Banca Examinadora

Prof. Edilson Enedino das Chagas
Orientador

Prof. Luis Felipe Perdigão de Castro
Examinador

Prof. Analice Cabral Costa Andrade
Examinador

Políticas públicas educacionais: um mecanismo de ressocialização do sistema prisional do Distrito Federal

Amanda Barros da Conceição

Resumo:

De acordo com os termos da Constituição Federal, a educação é um direito fundamental de natureza social. Consoante a Carta Magna, a Lei de Execução Penal, nº 7.210/84 dispõe sobre esse direito e origina em seu texto toda a sistemática da execução penal. A LEP traz direitos e deveres inerentes a pessoa que se encontra privada de liberdade e mecanismos assistenciais que busca zelar pela dignidade humana. A referida lei tem como principal finalidade ressocializar o futuro egresso. Nesse sentido, a presente pesquisa reconheceu a necessidade da implementação da educação como uma das principais formas de atingir a finalidade ressocializadora da execução penal. Mas, apesar deste fim está explícito nos dispositivos legais e merecer prioridade, a educação no sistema prisional brasileiro ainda está longe de ser realizada efetivamente alcançando toda a população carcerária. O Estado deve proporcionar políticas sociais voltadas a educação, pois este é um elemento indispensável na formação do indivíduo. No entanto, percebe-se a inércia do poder público quanto ao assunto. Por mais que existam diversos dispositivos legais tratando da questão, se não há políticas eficazes e suficientes, não há como recuperar essas pessoas. Esse entendimento foi possível através de pesquisas bibliográficas com viés criminológicos, análise da legislação vigente, de sites governamentais, e recortes de dados voltados a analisar principalmente as políticas públicas educacionais no sistema penitenciário do Distrito Federal.

Palavras-chave: Execução Penal. Educação. Ressocialização. Políticas públicas. Distrito Federal.

Abstract:

According to the terms of the Federal Constitution, education is a fundamental right of a social nature. Depending on the Magna Carta, the Law of Penal Execution, No. 7,210 / 84 provides for this right and originates in its text the whole system of criminal execution. The LEP brings rights and duties inherent to the person who is deprived of liberty and assistance mechanisms that seeks to care for human dignity. This law has the main purpose of re-socializing the future egress. In this sense, the present research recognized the need to implement education as one of the main ways to achieve the re-socializing purpose of criminal execution. But, although this end is explicit in the legal provisions and deserves priority, education in the Brazilian prison system is still far from being carried out effectively reaching the entire prison population. The State must provide social policies aimed at education, as this is an indispensable element in the formation of the individual. However, the inertia of the public authorities on the subject is perceived. As much as there are several legal provisions addressing the issue, if there are no effective and sufficient policies, there is no way to recover these people. This understanding was made possible through bibliographic research with a criminological bias, analysis of current legislation, government websites, and data clippings aimed at analyzing mainly public policies in the penitentiary system of the Federal District.

Keywords: Penal execution. Education. Resocialization. Public policy. Federal District.